

Direção do IPC atribui culpa a Faria e Odacir

Auditoria conclui que os dois parlamentares não podem ser eximidos de responsabilidade

BRASÍLIA — O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) é o principal responsável pelas aplicações financeiras lesivas ao patrimônio do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) realizadas durante sua gestão como presidente do órgão. Também o vice-presidente do IPC naquele período, senador Odacir Soares (PFL-RO), deve ser responsabilizado, ao menos pela compra com valor superior, do segundo lote de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) feita em novembro.

Essas são as duas primeiras conclusões do atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), na auditoria que vem realizando para investigar as aplicações feitas por Gustavo de Faria em TDAs. Títulos da Eletrobrás e debêntures de um

complexo imobiliário em Búzios (RJ), no ano passado. "Como presidente do IPC, Gustavo de Faria não pode se eximir de suas responsabilidades", afirma Bacelar. "O senador Odacir Soares, por sua vez, não sei se foi culpado ou apenas conivente. O fato é que ninguém assina um documento sem saber do que se trata", continuou.

Ruy Bacelar advertiu, porém, que poderá haver outros envolvidos na aplicação. "Várias pessoas físicas e jurídicas participaram do processo", afirmou. O senador está convencido do prejuízo das aplicações. "Ainda não sabemos exatamente de quanto", ressaltou. Bacelar entende que o IPC terá de ser ressarcido: "Vamos ter de processar os culpados", protestou. "Mas, quando eu falo em culpado, posso estar falando em bancos, empresas, corretoras e ex-dirigentes."

Hoje, o senador e os demais membros do conselho diretor do IPC ouvem representantes das

financeiras Etica, Soma e Fundaseng, que intermediaram as transações. Amanhã, serão ouvidos os deputados Messias Soares (PTR-RJ) e Max Rosenmann (PMDB-PR) e os senadores João Lobo (PFL-PI) e Odacir Soares, membros da antiga diretoria, além de Arnaldo Gomes, ex-diretor executivo do IPC. Na segunda-feira, Ruy Bacelar espera ter concluído a auditoria, ouvindo pela última vez o deputado Gustavo de Faria.

Faria, por sua vez, afirma estar tranqüilo. "Eu não lesei o patrimônio do IPC", garantiu. Segundo o deputado, quando entrou no Instituto, em 86, o patrimônio do IPC era de Cr\$ 200 mil. Quando saiu, era de Cr\$ 12 milhões. E garantiu: as operações financeiras que realizou foram um bom negócio. Ele desmentiu o gasto de US\$ 12 milhões na compra de títulos e disse que as debêntures resultaram de troca pelas TDAs do IPC. "Tudo em busca de melhorar o patrimônio da instituição", justificou.